

**AVANÇO NEOLIBERAL E AUTORITARISMO:
A CRISE DA DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI**

**AVANCE NEOLIBERAL Y AUTORITARISMO:
LA CRISIS DE LA DEMOCRACIA EN EL SIGLO XXI**

Érika Laurinda Amusquivar
erika.amusquivar@gmail.com
Instituto de Ciência Política - Universidade de Brasília (UnB)
Democracia, Democratización y Calidad de la Democracia

Trabajo preparado para su presentación en el XI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política y la Asociación Chilena de Ciencia Política, Santiago, Chile, 21, 22 y 23 de julio 2022

RESUMO

O artigo objetiva explicar de que forma o avanço neoliberal tem contribuído para a ascensão de lideranças autoritárias e antidemocráticas no século XXI, ao acelerar um processo de deterioração das instituições democráticas (força desdemocratizante) e escancarar um cenário de crise da democracia no Ocidente. As tensões entre a igualdade democrática e as desigualdades econômicas auxiliam na compreensão das dificuldades para o estabelecimento de uma democracia “plena”, sendo que a ofensiva neoliberal contra a sociedade se traduziu no aumento da desigualdade no Norte e no Sul Global. Ao mesmo tempo, tem contribuído para a emergência de lideranças autoritárias e antidemocráticas pelas vias eleitorais que, por sua vez, atuam para enfraquecer as instituições democráticas por dentro, estimulando sua base mais radicalizada a atacá-las por fora - acentuando a crise política e o avanço autoritário.

Palavras-chave: neoliberalismo; autoritarismo; crise da democracia; desdemocratização; Norte e Sul Global

RESUMEN

El artículo pretende explicar cómo el avance neoliberal ha contribuido al surgimiento de líderes autoritarios y antidemocráticos en el siglo XXI, al acelerar un proceso de deterioro de las instituciones democráticas (fuerza desdemocratizadora) y abrir un escenario de crisis de la democracia en el Occidente. Las tensiones entre la igualdad democrática y las desigualdades económicas ayudan a comprender las dificultades para establecer una democracia “plena”, y la ofensiva neoliberal contra la sociedad ha resultado en un aumento de la desigualdad en el Norte y el Sur Global. Al mismo tiempo, ha contribuido al surgimiento de líderes autoritarios y antidemocráticos a través de medios electorales que, a su vez, actúan para debilitar las instituciones democráticas desde adentro, alentando a su base más radicalizada a atacarlas desde afuera, acentuando la política la crisis y el avance autoritario.

Palabras clave: neoliberalismo; autoritarismo; crisis de la democracia; desdemocratización; Norte y Sur Global

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto consiste em explicar de que forma o avanço do neoliberalismo tem contribuído para a ascensão de lideranças autoritárias e antidemocráticas no período mais recente, acentuando de forma acelerada um processo de deterioração das instituições democráticas, isto é, como uma força desdemocratizante e escancarando um cenário de crise da democracia no Ocidente.

É importante salientar que a contradição entre a democracia e o capitalismo é um elemento importante para a compreensão desse debate. As tensões entre a igualdade democrática e as desigualdades geradas pela economia de mercado ajudam na compreensão das dificuldades para o estabelecimento de uma democracia “plena”. Conforme lembrado por Adam Przeworski no livro “Crises da democracia” (2019), em apenas 13 países a convivência entre a democracia e o capitalismo se deu de forma razoavelmente estável ao longo do século XX, o que mostra que os regimes democráticos duradouros e estáveis sempre foram muito mais uma exceção do que a regra (PRZEWORSKI, 2020, p. 40).

Nessa mesma direção, Wendy Brown (2019) aponta que a democracia é o mais fraco dos trigêmeos nascidos na modernidade europeia, ao lado do Estado-nação e do capitalismo. A democracia se tornou possível em decorrência da conjunção de uma série de fatores, incluindo as lutas e mobilizações sociais ao longo da história, mas ela é de fato uma conquista que jamais esteve totalmente assegurada, e sempre foi ameaçada pelas desigualdades materiais inerentes ao capitalismo. E a desdemocratização: para Brown, é uma consequência da interação de duas forças: neoliberal e neoconservadora (é um entendimento que transborda os limites econômicos).

Novamente se referenciando em Przeworski, a persistência (e o aumento) da desigualdade nas últimas décadas explica em boa medida a insatisfação popular com as instituições representativas tradicionais, o que favoreceu a emergência de lideranças abertamente autoritárias mesmo em países nos quais a democracia era considerada, até há pouco tempo, sólida. Ainda segundo este autor, a guinada neoliberal dos anos 1980 teve papel decisivo nesse processo de fortalecimento do autoritarismo ao acelerar e acentuar as desigualdades, inclusive naqueles países de capitalismo avançado que haviam experimentado a experiência do Welfare State. A hegemonia conquistada pelo neoliberalismo foi de tal magnitude que mesmo as forças de esquerda passaram a seguir

o seu receituário, adequando e moderando seu discurso às exigências do “mercado”. Com o passar do tempo, os eleitores perceberam que, independente do resultado das eleições e do partido vitorioso, sua vida continuava a mesma - o que fez com que a participação política perdesse cada vez mais sentido. Embora cada caso tenha suas especificidades, Przeworski (PRZEWORSKI, 2020) aponta que as vitórias eleitorais de Trump e Bolsonaro devem ser lidas nesse contexto: quando as pessoas estão desesperadas, vendo sua renda estagnar e as perspectivas de futuro piorarem, elas se apegam a qualquer possibilidade de salvação que pareça oferecer soluções no curto prazo. E elegem líderes inclinados ao autoritarismo.

Este diagnóstico que relaciona a hegemonia neoliberal à emergência da política autoritária no Ocidente tem ganhado força nos últimos anos – com destaque nesse artigo para quatro governos autoritários: Erdoğan na Turquia, Orbán na Hungria, Trump nos Estados Unidos e Bolsonaro no Brasil. Embora adote perspectiva teórica distinta de Przeworski, Brown (2019) entende que a crise da democracia, ou o processo de desdemocratização em curso, tem como principal força propulsora o neoliberalismo, que preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI.

Para a autora, bem como para Dardot e Laval (2019), o neoliberalismo não se resume a uma política econômica de austeridade e de privatizações, mas se refere a uma forma de racionalidade política que busca inserir a lógica do mercado e da concorrência em todas as esferas da vida e das relações humanas, de tal modo que esta lógica também se torna um princípio de governo (gestão) aplicado no e pelo Estado e nas mais diversas instituições sociais (escolas, locais de trabalho, hospitais etc.). “O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais” (DARDOT, LAVAL, 2019). Isso significa que os indivíduos são coagidos a pensarem e conduzirem suas vidas não apenas pautados pela lógica de uma empresa, mas como se fossem eles próprios uma empresa. Dessa forma, a racionalidade neoliberal contribui decisivamente para acelerar a degeneração do tecido social, especialmente em razão da lógica de competição imposta aos indivíduos, enfraquecendo os mecanismos de “defesa coletiva da sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2019).

Do ponto de vista histórico, é importante lembrar que o neoliberalismo tem sua origem no Sul Global, tendo como laboratório o Chile sob o comando de Pinochet.

Apenas posteriormente tal modelo de gestão social foi levado para o Norte. Mas o fato é que, após três ou quatro décadas de ofensiva neoliberal sobre a sociedade, verifica-se tanto no Norte quanto no Sul Global um aumento da desigualdade e da pobreza absoluta, a aceleração da pauperização das classes médias e das massas urbanas assalariadas e a perda de relevância política dos sindicatos. No conjunto, estes processos contribuíram de forma relevante para o esvaziamento da esfera pública democrática frente ao poder das grandes corporações e das finanças - conforme destacado por Colin Crouch (CROUCH, 2000) - reforçando a sensação de que o governo permanece refém dos super ricos e bilionários (o famigerado 1%) enquanto se mostra incapaz de oferecer soluções razoáveis para os problemas cotidianos e mais básicos enfrentados pelos cidadãos comuns. Na verdade, Crouch entende que o poder das corporações políticas globais contribui para o processo de esvaziamento da democracia, sendo essa uma vítima do mercado (CROUCH, 2000).

Ao longo destas últimas décadas, portanto, os cidadãos foram sendo abatidos por um crescente sentimento de abandono e de traição. Nesse sentido, ainda que não explique tudo, a ofensiva neoliberal contra a sociedade tem contribuído de forma relevante para a emergência de lideranças autoritárias e antidemocráticas por meio das próprias vias eleitorais. Tais lideranças tem atuado intensamente no sentido de esvaziar e enfraquecer as instituições democráticas desde dentro, ao mesmo tempo em que estimulam sua base mais radicalizada a atacá-las desde fora produzindo um cenário no qual toda e qualquer possibilidade de estabilização mínima se esvai. A crise política se torna um elemento permanente, praticamente se transformando em um método de governo (DARDOT; LAVAL, 2019). O avanço do autoritarismo, que na visão de muitos teóricos liberais têm colocado a própria democracia liberal e suas instituições em risco, encontra boa parte de suas raízes fortemente fincadas nas políticas de neoliberalização da sociedade e no abismo que estas criaram entre o sistema político e os cidadãos comuns.

AUTORITARISMO E A RACIONALIDADE NEOLIBERAL: UMA ALIANÇA REPROGRAMADA

As forças autoritárias emergiram em democracias ocidentais no século XXI. O fenômeno do autoritarismo não é incomum na História, mas o modo com que se espalha em meio aos processos democráticos se torna um fenômeno que teve sua mutação. De

igual modo, toma-se a capacidade de se reunir um modo de governo autoritário com difusão do neoliberalismo – aqui tido não somente como um modelo estritamente econômico, mas uma racionalidade capaz de criar uma subjetividade política – como uma força resultante da combinação de dois fatores que se cruzam e se retroalimentam. O que se desdobra, portanto, em um fenômeno de autoritarismo em democracias liberais em pleno século XXI. Tomemos como ponto de partida as democracias liberais construídas no Ocidente, obviamente entendendo que a difusão do modelo autoritário juntamente com o neoliberalismo não é exclusiva de sociedades ocidentais.

Segundo Wendy Brown (2019) esse novo fenômeno consegue conjugar não só características do conservadorismo, como o moralismo, nacionalismo, intolerância religiosa e racismo, mas também com as características do neoliberalismo, como a priorização do capital, a repressão de movimentos sociais e sindicatos, a precarização do trabalho, a demonização do Estado social e sobretudo a restrição das igualdades e a sobrevalorização das liberdades (BROWN, 2019, p. 10). Estranhamente, esse fenômeno ganha projeção mundial, ao passo que a receita neoliberal não apenas ganhou força pós implementação do modelo neoliberal no Chile, tido como no laboratório social no Sul Global, como ganhou novos contornos no Norte Global. O desmonte social foi sentido não apenas em áreas urbanas, mas também no campo. Aos poucos o descontentamento com os desdobramentos das políticas neoliberais ganhou fôlego na medida em que os despossuídos clamavam por uma mudança. Para Przeworski (2020), a insatisfação crescente da população com os governos – sejam de esquerda ou direita – empurrou para uma crise das instituições representativas. As populações, de um modo geral, passaram a tecer críticas à própria democracia, empurrando para candidatos que questionavam justamente as regras do jogo pregando, concomitantemente, uma saída autoritária como solução para os problemas advindos de um processo que ganharam forças: o desmonte das instituições democráticas. Paralelamente à ascensão de discursos autoritários, o receituário neoliberal era padronizado: desde governos de esquerda à extrema direita.

É desse modo que compreendemos que o neoliberalismo, por mais que seja pregado exclusivamente no âmbito econômico, ele não se circunscreve apenas às questões econômicas. O neoliberalismo que nasce da insatisfação da ascensão do nazismo e do fascismo, se contrapunha também ao Estado de bem-estar social e toda e qualquer forma de intervenção estatal. No entanto, essa nova racionalidade neoliberal não dispensa a atuação do Estado nas esferas, inclusive econômica. Isso porque o autoritarismo,

sobretudo esse pregado da extrema direita, fez com que esse casamento entre o neoliberalismo e o discurso conservador ultranacionalista acontecesse. E, mais do que isso, fosse pregado como um diretriz capaz de minar as regras do jogo democrático, questionando as bases institucionais e as liberdades e os direitos sociais. Dessa maneira, um dos principais ataques tem sido a oposição e toda sua forma de questionamento – urnas, mídia, participação popular, dentre outras. Em seu lugar, exalta-se o patriotismo, o militarismo e os valores tradicionais cristãos. Tais forças desdemocratizantes se espalham nas democracias, inclusive aquelas que sempre se consideraram plenas – como é o caso dos Estados Unidos.

É nesse ínterim que a racionalidade neoliberal “preparou terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI” (BROWN, 2019, p. 16). E, mais do que isso, não que o neoliberalismo explique a ascensão do autoritarismo em países ocidentais, mas tendo como uma racionalidade que se espalhou mundialmente, “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e valorização, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, inflétido lei, cultura política de subjetividade política” (idem). Trata-se, portanto, de um casamento estabelecido entre a moralidade tradicional e o neoliberalismo, no qual a moralidade e o mercado juntos, são o fundamento da liberdade, da ordem e os pilares da civilização, segundo Friedrich Hayek, fundador da Sociedade Mont Pèlerin de 1947, na qual dará origem ao pensamento neoliberal (HAYEK, 2010).

Esse neoliberalismo que se delineaia nesse novo século se torna uma nova racionalidade política e, portanto, ultrapassa a esfera econômica. Segundo Brown, nessa racionalidade se concentram os pilares do governo e também exercido por meio das diversas instituições, uma vez que, aos moldes foucaultianos, existe uma “reprogramação da governamentalidade liberal” (BROWN, 2019, p. 31), conduzindo uma conduta a partir de um ordenamento cujas bases se encontram nos valores liberais.

Tomando a racionalidade neoliberal, Pierre Dardot complementa tal reflexão:

Mas o que exatamente se entende por “racionalidade”? Nem uma ideologia nem uma política, mas uma normatividade, isto é, uma lógica das práticas governamentais que se ordena por normas, sendo a primeira e mais importante a da concorrência. Com isso queremos dizer que o neoliberalismo não pode ser reduzido a um tipo de política econômica austeritária ou monetarista, ou à saturação da sociedade pelo fluxo de mercadorias, ou mesmo à ditadura dos mercados financeiros. Na realidade, trata-se de uma extensão da lógica de valorização do capital

para além da esfera única do mercado entendido em sentido econômico, até o próprio Estado, a ponto de torná-lo a norma de nossas vidas e a forma de nossas vidas. subjetividades. Isso vai muito além de uma simples "economia", até a constituição de uma forma de vida (DARDOT, 2020).

Esta aliança entre o neoliberalismo e o autoritarismo traz consequências para a democracia, uma vez que essa racionalidade se propõe a suscitar ataques “multifacetados à democracia” (BROWN, 2019, p. 32) em detrimento de uma equidade política e da promoção de direitos democráticos. Segundo Brown, a democracia é o elo mais fraco dos trigêmeos, ao lado dos Estados-nação e do capitalismo (BROWN, 2019, p. 36). A manutenção da democracia, portanto, requer uma eterna vigilância, ao passo que exige uma participação popular e todo o questionamento dos processos democráticos a fragiliza. E é por isso que ao mesmo tempo, esse neoliberalismo para Brown contempla também viés neomarxista ao passo que o esse modelo faz parte de um novo capítulo do capitalismo, no qual é passível de contradições e crises. É possível também que esse neoliberalismo que se avança possa também recuar por meio de forças que buscam interromper esse ciclo. Para Brown, um dos antídotos seria a promoção da justiça social, de modo a minimizar as desigualdades. No entanto, o neoliberalismo caminha no sentido contrário na tentativa de destruir o Estado social e toda e qualquer forma de interferência do Estado e de outras instituições em garantias sociais. O neoliberalismo, portanto, possui um alvo: o social. E é por essa razão que o casamento entre neoliberalismo e governos autoritários, sobretudo os de extrema-direita, ganham proeminência nesse século XXI, uma vez que o conservadorismo encrustado em seus discursos são avessos a um Estado social. Em vez disso, buscam construir em valores tradicionais – família, religião e contra qualquer tipo de inclusão das diversidades. Mas no quesito econômico, adotam o discurso da neoliberalização, reprogramando o Estado a atuar conforme as regras do mercado. É desse modo que as lideranças autoritárias no Ocidente estão buscando formas de se inserir nas regras do jogo democrático e, por consequência, minando por dentro os processos democráticos. Atuam, portanto, a partir das chamadas forças desdemocratizantes.

ASCENSÃO DAS LIDERANÇAS AUTORITÁRIAS NO OCIDENTE NO SÉCULO XXI

A escalada do autoritarismo de extrema-direita no século XXI ganhou uma força ainda maior quando algumas lideranças do Ocidente subiram ao poder, em um discurso ultranacionalista e de forte inclinação fascista.

Um dos países cujo autoritarismo tem se perpetuado é a Hungria. Em 2022, a vitória do primeiro ministro Viktor Orbán na Hungria sob o partido nacional-conservador Fidesz não foi um episódio inédito. Orbán, que havia governado entre 1998 a 2002, voltou a ocupar o cargo de primeiro ministro após quase uma década como líder da oposição em 2010 e, após sucessivas reeleições (2014, 2018 e 2022), o primeiro ministro atualmente representa a força autoritária mais consolidada na Europa ocidental. E uma das suas principais marcas de governo tem sido à restrição da liberdade de imprensa, enfraquecimento das instituições e a defesa de valores tradicionalmente cristãos e de uma visão de família clássica. Sob o ponto de vista do alinhamento partidário, Orbán fundou o partido Fidesz e, inicialmente, era inclinado ao liberalismo centro-direita, mas com o passar do tempo abandonou as raízes liberais clássicas e se assumiu como liberal-conservador, especialmente trazendo à tona uma forte base nacionalista.

Sob a fronteira do Ocidente-Oriente, tem-se o caso de Recep Tayyip Erdoğan na Turquia. Considerado o segundo homem mais importante da Turquia, Erdoğan também se compõem os governos autoritários no Ocidente, embora a Turquia é um país bicontinental e, geograficamente pertença tanto à porção do continente asiático e do leste europeu, o país possui importância política nas decisões do Ocidente, sobretudo por sua participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e por ser a 17ª economia do mundo. Seu partido, o AKP é considerado um partido que busca neutralizar a oposição, seja de esquerda ou de direita. O fato é que entre 2003 a 2014 Erdoğan foi primeiro ministro e, permaneceu no poder em 2014 então como presidente devido à mudança de regime político no país, que passou a ser presidencialista. E desde 2016, Erdoğan passou a blindar seu poder, justificando ser alvo de um golpe militar e a escalada do autoritarismo começou a se delinear, sendo reeleito em 2018. A partir de então, a Turquia passou a ser considerada um Estado de exceção, cujos direitos civis têm sido seriamente ameaçados em prol da manutenção de uma ordem que fortalece ainda mais as manobras do executivo. Tanto que manifestações cujo slogan “Direitos, lei e justiça”

passam a se tornar mais frequentes após os episódios de perseguição à oposição. Desse modo, a Turquia passa a encabeçar um dos regimes autoritários de direita também na fronteira do Ocidente.

No entanto, de todos os casos de ascensão de governos autoritários, o caso mais emblemático talvez seja os Estados Unidos. Fruto de uma eleição com viés formal democrático, o governo do Republicano Donald Trump foi a concretização de que um regime autoritário pode se instaurar em democracias consideradas plenas. Mais do que isso, seguindo os protocolos da alternância de poder no qual se situa um dos pilares da democracia moderna, os Estados Unidos elegeram em 2016 um candidato ultranacionalista que tinha como agenda de governo a exaltação de políticas para sanar a crise econômica que se instaurara no país desde 2008.

Destaca-se também a figura de Jair Messias Bolsonaro no Brasil. Alinhando-se com os discursos de ultradireita e nacionalistas, o governo de Bolsonaro busca se posicionar frequentemente com a “luta contra o comunismo” como ferramenta de legitimação de suas ações políticas e diversas vezes flerta com o fascismo na medida em que busca deslegitimar a oposição, utilizando-se de um questionamento das instancias democráticas, sobretudo com o processo eleitoral. Bolsonaro e Trump, costurados em uma aliança autoritária na América, ambos buscavam se projetar a partir de pautas conservadores. E, desde a derrota de Trump nos Estados Unidos, Bolsonaro se propôs a fortalecer alianças os autoritarismos do Ocidentes desses países.

Uma das grandes observações a partir dos casos mencionados de países autoritários no Ocidente nos últimos anos é que em todos os casos os governantes possuem pautas de direita e/ou de extrema direita, ultranacionalista e com pautas que beiram à xenofobia. São países que se utilizaram dos ferramentais democráticos para prosperarem o autoritarismo em suas políticas. E, mais do que isso. Se inserem por vias democráticas, mas questionam as regras do jogo, na medida em que buscam permanecer no poder. Assim, pode-se afirmar que uma das grandes fragilidades ao qual aponta Brown é que a democracia é o elo mais frágil dos trigêmeos, uma vez que ela permite que suba ao poder figuras que buscam tencionar o sistema de modo que os mecanismo de poder perpetuem sua permanência no cargo e, mais do que isso, garantam um regime de exceção dentro de uma democracia. Desse modo, as forças desdemocratizantes nascem justamente no interior do processo democrático, o que não configura, portanto, uma força externa capaz de promover golpes de poder, como é o caso dos golpes militares. Em vez disso, a

tática para deteriorar as forças democráticas advém justamente da tentativa de jogar as regras do jogo democrático por um momento e, posteriormente subverter essa ordem, ocasionando a crise da democracia.

AVANÇO NEOLIBERAL O ENCONTRO COM O AUTORITARISMO NOS PAÍSES OCIDENTAIS NO SÉCULO XXI

Se, por um lado alguns desses países passaram a ser governados por líderes autoritários, por outro, o avanço do neoliberalismo utilizado por eles ganhou fôlego. O neoliberalismo, tido por muitas vezes como um modelo restritamente econômico se tornou uma racionalidade a ser difundida pelos países, embora com algumas especificidades. O neoliberalismo é entendido como a “construção política da sociedade de mercado” (ANDRADE; CÔRTEZ; ALMEIDA, 2021, p. 5).). Segundo Andrade, Côrtes e Almeida, o neoliberalismo se refere à governamentalidade à serviço do capital – financeiro e comercial – na qual o Estado possui um papel atuante de modo a blindar as demandas sociais de sua jurisdição e coloca no lugar uma lógica de estratégia de investimento em capital humano (DARDOT; LAVAL, 2009), na medida em que gera condições de competitividade para atração de investimentos de capital. O modelo de mercado, organizado na forma-empresa organiza politicamente a sociedade, criando-se uma cultura de subjetivação neoliberal. Gera-se, portanto, uma competitividade, base da racionalidade neoliberal, o que molda a organização social de nossas vidas (ANDRADE; CÔRTEZ; ALMEIDA, 2021, p. 3).

Quanto ao papel do Estado, este se torna uma instituição capaz de organizar a sociedade em prol do mercado, criando condições para aflorar essa racionalidade por meio dos investimentos. Cria-se, portanto, uma espécie de Estado-empresa na qual se inclina para formar os cidadãos-consumidores (MIROWSKI, 2013 Apud ANDRADE; CÔRTEZ; ALMEIDA, 2021, p. 3). Esse Estado, por sua vez, se constrói e reproduz essa racionalidade e, ao mesmo tempo, tira parcialmente a responsabilidade de se promover uma justiça social. No lugar, se implementa práticas de mercado. Na verdade, o Estado neoliberal não retira de todo o modo as práticas sociais, mas o ressignifica, tornando-as um instrumento capaz de prover oportunidades de investimento, reprogramado para que criar novas oportunidades para as pessoas possam se inserir diretamente no mercado. O

que possibilita ao Estado se desvincular parcialmente do compromisso com os direitos sociais. Nesse sentido, ele é reprogramado para atender essa lógica.

O processo de reestruturação neoliberal na Turquia se deve especialmente por conta de seus projetos no passado de aproximação com a União Europeia. Desde sua entrada na OTAN em 1952, a Turquia era tida como um país estratégico na fronteira do continente europeu e asiático e tinha interesses de adentrar o bloco desde 1959, mas só foi em 1999 que ela se tornou oficialmente candidata à entrada à UE. Nos últimos anos se tornou uma promessa de país a ser incluído no bloco europeu. A abertura econômica da Turquia iniciou-se no início dos anos 1980 com a reestruturação neoliberal. A tração de negócios, sobretudo com a captação de investimento externo. Em 1989 a Turquia decide abrir seus capitais, buscando um fluxo de capital extremamente volátil de curto prazo, tornando sua economia dependente do mercado de capital. A liberalização total da economia nos anos 1990 provocaram desequilíbrios macroeconômicos significativos e o crescimento econômico ficou atrelado à dependência do fluxo de capital especulativo, o que acarretou nas sucessivas fragilidades das crises econômicas (CÔRREA, 2008, p. 68)

A primeira delas se deve justamente à aproximação com a União Europeia em 1994 com o projeto de União Aduaneira. A reestruturação neoliberal turca abriu para uma guinada para a exportação de bens manufaturados, sucessivas crises de balanço de pagamentos e constantes requerimentos de ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A segunda crise veio em 2000 e 2001 devido à baixa regulação do sistema bancário, o que acarretou em problemas no campo da produção, renda e, sobretudo, emprego. Paralelamente a isso, o Estado turco agia de forma a viabilizar a retirada de qualquer interferência em relação à eficiência de mercado. A privatização do sistema de justiça transformou a prática do Estado em Estado-mercado, sobretudo devido ao neoliberalismo e a busca de se inserir em um bloco econômico e político ligados às ideias neoliberais. A globalização neoliberal na Turquia acelerou a governança a partir das regras do mercado (CÔRREA, 2008, p. 70). Já a terceira crise veio a aprofundar ainda mais a racionalidade neoliberal a partir de reformas instauradas pelo Estado. Para atrair novamente os investimentos em capital, em 2003 o Estado aprofunda a prática do mercado ao mudar sua legislação ao eliminar obstáculos legais e institucionais, culminando em mudanças nos investimentos agrícolas, o que abriu as portas para a oportunidade em estreitar os laços com a UE em 2005.

Mas apesar das crises constantes, a Turquia registrou um crescimento econômico, que voltou a registrar em 2018 uma grave crise econômica. Aliado a isso, a falta de transparência do governo aliado à falta de garantia das liberdades individuais fez com que a insatisfação popular quanto ao modelo empregado no país começasse a ser questionado. Até mesmo os espaços urbanos ganharam uma nova roupagem, introduzindo novos condomínios fechados nos centros verdes de Istambul. Até mesmo os projetos de construção de mesquitas foram desenvolvidos a partir de projetos luxuosos imobiliários, concedendo fundos de investimento estrangeiro direto para a construção de pontes e aeroportos (MARIA, 2013).

Se na Turquia o neoliberalismo avançou no sentido de torná-la parte da União Europeia e, por essa razão, o país deveria seguir a cartilha neoliberal, por outro lado a Hungria se torna membro do bloco europeu e, ainda sim possui muitas particularidades. Apostando em uma “democracia iliberal”, conforme o discurso de posse de Orbán em 2014, tal forma de governo combina com uma organização formal de democracia sobretudo por eleições livres, mas com limitações de direitos dos cidadãos, tais como restrição da liberdade de imprensa, medidas anti-imigração, homofóbicas, entre outras.

Sob o ponto de vista econômico, os arranjos institucionais da Hungria souberam se equilibrar em um “neoliberalismo embutido” (BOHLE e GRESKOVITS, 2012 Apud SEBŐK; SIMONS, 2021), em uma economia baseada em investimento direto externo durante a década de 1990. No entanto, as sucessivas crises, sobretudo por conta da natureza do colapso do mercado hipotecário, fizeram com que o modelo de integração sofresse uma mudança. De um lado houve a retração de um modelo liberal-socialista; de outro a emergência de um modelo híbrido que congregasse o nacionalismo autoritário de Orbán com políticas não ortodoxas e iliberais. No entanto, esse modelo que tentava se afastar de uma cartilha liberal nos costumes, indicava justamente o aprofundamento de um capitalismo de Estado (SEBŐK; SIMONS, 2021) no qual se situava um aprofundamento das redes oligárquicas de investimento. As nacionalizações bancárias e a subsequente reprivatização nacionalista marcam justamente o caráter híbrido das políticas de Orbán.

Segundo Sebők e Simons, todas as transformações políticas e econômicas da Hungria nos anos 2010

faziam parte de uma grande estratégia de Orbán para remodelar o capitalismo húngaro, diversificar as relações internacionais, recuperar

a autonomia política e, finalmente, garantir que a competição eleitoral fosse empilhada em favor do partido governista. Um dos elementos-chave dessa grande estratégia foi a transformação do sistema financeiro doméstico que permitiu a dissociação do capital financeiro internacional e o estabelecimento de novas fontes de financiamento para a reestruturação total do capitalismo húngaro. (SEBŐK; SIMONS, 2021, p. 4, tradução nossa)

O caso do nacionalismo financeiro da Hungria revela exatamente a racionalidade neoliberal discutida por Brown. Em tese, cria-se um discurso autoritário e nacionalista, ao projetar sua política iliberal, mas na prática torna-se um Estado voltado para uma forma neoliberal de nacionalismo financeiro, na qual a elite nacionalista consegue se articular a essa forma de Estado-mercado para conseguir alavancar as políticas neoliberais. Orbán se desvencilhou das questões socioeconômicas, mas não donexo Estado-capital, reforçando os laços entre a elite nacionalista – sobretudo a bancária – e o avanço do capital na reestruturação do capitalismo doméstico via atuação estatal em incentivos em créditos fornecidos pelo Estado/banco central ou por meio de outras formas de auxílio estatal. Em suma,

Assim, a grande estratégia de Orbán consistiu em (a) a reestruturação do capitalismo via poder estatal em um contexto de erosão da legitimidade do status quo (b) a fim de recuperar a autonomia (c) que garantiu a sobrevivência a longo prazo, dentro do contexto liberal da UE. Internamente, o nacionalismo financeiro forneceu a capacidade (d) de consolidar essa legitimidade através da ocupação da esfera pública por aquisições de mídia privada e reforma universitária que (e) limita ainda mais a oposição e a sociedade civil a se mobilizar contra o novo status quo dominado pelo Fidesz (SEBŐK; SIMONS, 2021, p. 8, tradução nossa).

Posição similar ao hibridismo da Hungria é o caso brasileiro. Após a queda da presidente Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro, a escalada do autoritarismo no Brasil se seguiu não só em termos econômicos – uma mistura da transformação de um neoliberalismo progressista para um neoliberalismo autoritário com medidas nacionalistas-populistas – mas com o desrespeito aos direitos sociais, à perseguição política de seus adversários, da militarização das instituições e do caráter do ultraconservadorismo em pautas sociais. Antes de Bolsonaro no poder, as pautas neoliberais já caminhavam em ritmo acelerado, atingindo seu ápice no século XXI com congelamento de gastos sociais aprovado no governo Michel Temer durante 20 anos. Assim, o processo que culminaria no autoritarismo de Bolsonaro já estava em marcha após a instabilidade política da queda de Rousseff. Segundo Fraser,

A constituição dessas forças sociais de oposição pavimentou o caminho para as elites políticas e econômicas realizarem o impeachment de Dilma Rousseff e para a ascensão do bolsonarismo, dois marcos da passagem da fase do neoliberalismo progressista para o neoliberalismo autoritário no Brasil (FRASER, 2017 Apud ANDRADE, CÔRTEZ E ALMEIDA, 2021, p. 18).

O bolsonarismo – fenômeno que aglutina pautas conservadoras, religiosas e militaristas – propõe o questionamento diários das instituições democráticas na medida em que questiona as regras do jogo. Na prática, busca-se participar formalmente da democracia no que se refere às eleições ao mesmo tempo que coloca dúvidas a legitimidade das urnas, perseguem seus adversários políticos, criam inimigos imaginários, como o “comunismo”, “ideologia de gênero”, “globalismo” entre outros artifícios discursivos que incitam ao ódio e à intolerância. Aliados ao autoritarismo bolsonarista aparecem os neopentecostais, os militares e a polícia, os *thinks tanks* conservadores de ultradireita, setores ligados ao agronegócio e empresariado e os dissidentes do lavajatismo (operação para investigar a corrupção do país).

Sob o ponto de vista do avanço neoliberal em termos econômicos no Brasil, tem-se na figura do ministro da economia – Paula Guedes – um aluno da Escola de Chicago, o que durante um tempo lhe concedeu carta branca para atuar em prol do mercado, ainda que em momentos críticos suas propostas foram deslegitimadas para garantir a continuidade do populismo de mercado. O neoliberalismo autoritário (ANDRADE, CÔRTEZ E ALMEIDA, 2021, p. 11) paulatinamente implementado no país mesclam as práticas regulatórias dos mercados globais com as resistências locais. Em consequência disso, a precarização do trabalho associado a uma crise inflacionária e a má gestão do governo em meio a pandemia provocaram uma onda crescente de subempregos, na chamada uberização do trabalho, o aumento da violência criminal e perseguição política e disseminação de um conservadorismo moral e religioso.

E por fim, no que se refere à implementação de um neoliberalismo em Estados democráticos que atuam quase como uma empresa, o exemplo que se pode analisar é os Estados Unidos. A eleição de Donald Trump, um empresário milionário do partido republicano tornaria as instituições um espelho de seus negócios. O neoliberalismo proposto pelo trumpismo era a clara referência de que a considerada maior democracia do planeta se curvara para a racionalidade neoliberal, na qual o Estado atuaria como uma empresa, tal como administrada pelo seu chefe de Estado. O modelo estadunidense implementado serviu como base não só para a disseminação da racionalidade neoliberal,

mas também como a insatisfação popular com governos anteriores que culminaria justamente na identificação desses eleitores (em sua maioria homens brancos e estados conservadores e religiosos) com o conservadorismo trumpista, cuja promessa de campanha era retomar os empregos perdidos.

O neoliberalismo conservador implementado nos Estados Unidos, talvez tenha sido o modelo que fora disseminado em outros países, ainda que respeitando suas especificidades. Segundo Dardot e Laval,

Trump é incontestavelmente um marco na história do neoliberalismo mundial. Esta mutação não afeta apenas os Estados Unidos, mas todos os governos, cada vez mais numerosos, que manifestam tendências nacionalistas, autoritárias e xenófobas até o ponto de assumir a referência ao fascismo (DARDOT; LAVAL, 2019)

Tal como outros neoliberalismos, a prática de reduzir impostos para as elites, reduzir subsídios sociais para os mais pobres, e desregulamentação financeira ocorrem de modo semelhante nos países que adotaram a racionalidade política neoliberal. No entanto, nos Estados Unidos o casamento entre o neoliberalismo e o autoritarismo desembocando em uma crise democrática talvez seja mais emblemático, visto que sua posição de poder hegemônica dá mais visibilidade e, conseqüentemente, serve de vitrine para reproduções do modelo, com adaptações. Dardot e Laval decifram a característica de Trump, uma figura que pretende ser o campeão da racionalidade empresarial, sobretudo no modelo em realizar política – a racionalidade empresarial em sua tomada de decisões de políticas públicas (DARDOT; LAVAL, 2019).

Ao associar ao caráter autoritário das políticas, o que se traduz na intolerância à diversidade, pautas religiosas conservadoras que atingem diretamente às mulheres, o público LGBTQIA+, população negra e imigrantes fazem com que essas políticas sociais sejam marginalizadas. E, por consequência, o padrão das políticas conservadoras atinge diretamente os menos favorecidos e marginalizados do sistema neoliberal. No caso dos países mencionados – Turquia, Hungria, Brasil e Estados Unidos – ocorrem quase que da mesma forma, ainda que respeitando algumas especificidades. O agravante é que esse neoliberalismo implementando, mais especificamente as racionalidades neoliberais, se mostram perigosas à democracia, visto que são governos que partilham do mesmo conservadorismo autoritário. E mais, são governos autoritários que se traduzem em forças

desdemocratizantes utilizando-se justamente das plataformas democráticas para permanecerem no poder, desembocando na chamada crise da democracia.

CRISE DA DEMOCRACIA EM MARCHA E O AUMENTO DA DESIGUALDADE ENTRE O NORTE E O SUL GLOBAL

Entende-se que o neoliberalismo possui em suas raízes tensões e divisões internas. Ele se caracteriza por sua pluralidade interna, sua plasticidade e sua capacidade de mutação (DARDOT, 2020). Tanto que o neoliberalismo implementado nos países do Norte Global é diferente do modelo do Sul Global. Devemos lembrar que o Chile foi o país escolhido para ser o laboratório do modelo neoliberal – sublinhando que o neoliberalismo foi implementado em um regime ditatorial de Augusto Pinochet. Obviamente, a implementação do modelo neoliberal em nada se assemelhou à forma pela qual foi implementada pela Inglaterra de Margareth Thatcher e pelos Estados Unidos de Ronald Reagan, tidos como democracias liberais. Assim, a gênese do neoliberalismo já tem em suas raízes suas diferenças históricas entre o Norte e o Sul Global.

Em outro cenário, a ascensão de governos considerados autoritários, mas que, ao mesmo tempo, desfrutam de uma racionalidade neoliberal torna-se um campo perigoso e, sobretudo, complexo. Deve-se ressaltar novamente que a relação entre o neoliberalismo e autoritarismo não é simples, nem recente (ANDRADE; CÔRTES; ALMEIDA, 2021, p. 5). Tampouco quando se acrescenta ao debate sobre a democracia. Quando esses fenômenos se inter cruzam, é necessário um entendimento de que esses fenômenos se retroalimentam, desembocando em uma crise de democracia, mais especificamente, em um processo de desdemocratização.

Segundo Slobodian, “o mundo normativo neoliberal não é um mercado sem fronteiras e sem Estados, mas um mundo dual preservado das demandas das massas por justiça social e igualdade redistributiva pelos guardiões da constituição econômica” (SLOBODIAN, 2018, p. 16). Dessa maneira, se o neoliberalismo é uma racionalidade programada para interferir no comportamento das pessoas e que necessita de um Estado – que não é mínimo - , aliado ao fato de que ele se forja nos preceitos neoliberais de se transformar em uma instituição corporativa, então pode-se adicionar que o casamento entre neoliberalismo o neoconservadorismo (entendido como os governos autoritários) e o ganha contornos mais nítidos na medida em que “o neoliberalismo combinou desde o

início a defesa da moral tradicional com a extensão da lógica do mercado” (DARDOT, 2020)

Diante dessa incompatibilidade entre o neoliberalismo e a democracia, torna-se compreensível que o neoliberalismo carregue consigo o gérmen do neoconservadorismo, sobretudo em democracias ocidentais. É desse modo que esses discursos convergem para a ascensão de um autoritarismo. Paradoxalmente, o século XXI apresenta uma reprogramação dos sistemas. O neoliberalismo se inseriu em democracias – desde as democracias em construção às democracias consideradas plenas. E é dessa maneira que esse casamento possui contradições em suas raízes, mas que se torna plenamente compreensível na medida em que o neoliberalismo e o autoritarismo avança nas democracias, especialmente nas democracias ocidentais. E desse avanço, provoca justamente a corrosão dos processos democráticos, ocasionando na chamada força desdemocratizante. Tem-se, portanto, uma crise da democracia em pleno século XXI. É como se o autoritarismo e o neoliberalismo adentrassem os processos democráticos e tentasse implodir suas bases, daí o processo de desdemocratização. E a cultura antidemocrática que surge a partir de ambos os discursos provocam a erosão de suas bases. Para Brown, o ataque neoliberal tem como seus principais alvos a política social, no qual

É fundamental para geral uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima. A sinergia entre os dois é profunda: uma cidadania cada vez mais não democrática e antidemocrática está mais e mais disposta a autorizar um Estado crescentemente antidemocrático. À medida que o ataque ao social derrota a compreensão democrática de sociedade zelada por um povo caracterizado pela diversidade e habilitado a governar a si de forma igualitária e compartilhada, a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente, e a liberdade se torna um direito de apropriação, ruptura e até esmo destruição do social – seu inimigo declarado (BROWN, 2019, p. 39).

O Estado antidemocrático nasce a partir dessas forças desdemocratizantes. E é por essa razão que atualmente essas forças ganharam destaque entre democracias em construção até democracias mais consolidadas. Líderes autoritários passam a governar países cujas democracias estavam presentes. Apesar de suas particularidades, tem-se alguns exemplos de líderes autoritários que emergem justamente do jogo democrático para questionar tais bases. É o caso da Hungria, Turquia, Estados Unidos e Brasil.

Para Marilena Chauí,

“Não foi de repente que a extrema direita chegou ao poder. Donald Trump (EUA), Viktor Orbán (Hungria), Recep Erdoğan (Turquia) e Bolsonaro governam pelo medo, fazem ameaças e oferecem proteção. Eles operam sem mediação institucional, eles colocam em dúvida os poderes e transformam todos os adversários como corruptos. Querem promover uma profunda limpeza ideológica, social e política, sempre recorrendo a teorias da conspiração de esquerda” (CHAUÍ, 2019)

Em todos esses exemplos, é possível observar que os seus líderes de Estado congregam um discurso autoritário de direita e extrema-direita que subiram ao poder eleitos democraticamente, mas por diversas vezes questionaram a veracidade das urnas ou, que tentaram permanecer no poder tentando mudar as regras do jogo democrático, utilizando-se de artifícios antidemocráticos. E a todos esses exemplos adiciona-se ao modelo neoliberal, uma racionalidade difundida e compartilhada entre esses líderes, explicitando as forças desdemocratizantes e, conseqüentemente, se instaurando uma crise democrática nesses países.

Para se pensar a crise da democracia, mais especificamente um processo de desdemocratização é necessário se repensar como se deu o auge da democracia. E é nesse sentido que o Norte Global e o Sul Global se divergem. Para Luis Felipe Miguel,

Se mesmo nos países centrais o consenso em torno da democracia vigente nos *trente glorieuses* [Trinta anos gloriosos] nunca foi tão absoluto, na periferia a situação era ainda mais dramática. (...)

Na periferia do capitalismo, (...) a época áurea da democracia não se efetivou (MIGUEL, 2022, p. 80)

Desse modo, é possível compreender a razão pela qual as democracias liberais do Norte Global são tratadas como um receituário para o Sul Global, ainda que o processo histórico de exploração derive em um modelo completamente diferente de seu projeto original.

O processo de implementação dessas democracias não foram completadas. E a gênese diferenciada da democracia entre esses países já se encontram em diferentes posições e, por essa razão, pensar a crise da democracia também. O processo histórico de exploração da periferia deve ser considerado nessa equação, ao passo que “a desdemocratização leva as democracias do Norte a se tornarem mais parecidas com as velhas democracias limitadas do Sul” (MIGUEL, 2022, p. 94). Isso significa que os países do Norte Global enfrentam uma crise de democracia tal como nós entendemos o que significa uma democracia: precária, incompleta. Miguel ressalta: “O que é desmontado

nunca esteve inteiro: a democracia liberal, o Estado de direito, a igualdade formal, os sistemas de bem-estar social” (MIGUEL, 2022, p. 95).

Tal assimetria só reforça que a crise de democracia sentida no Sul Global tem ainda mais impactos, sobretudo aliado a governos autoritários que se debruçam na parca democracia para difundir um modelo de desmonte de um Estado social para implementar um modelo perverso de Estado-mercado na qual quase todas as obrigações do Estado recaem sobre o mercado, incentivando as pessoas ao empreendedorismo, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais.

Ao associar a crise da democracia ao avanço do neoliberalismo devemos ressaltar que o processo de desdemocratização contribuiu para que o pano de fundo da neutralidade das instituições fosse mantido. No entanto, a relação entre capital e trabalho explicita uma verdade: “ao apontar o neoliberalismo como vilão, por causa de sua imoderação, essa narrativa obscurece o fato de que o obstáculo à democracia está no próprio capitalismo” (MIGUEL, 2022, p. 99).

Para Miguel, o segredo da estabilidade democrática se assenta na manutenção das economias capitalistas dos países ocidentais, sobretudo da Europa do Norte na qual havia uma barganha: enquanto que a prosperidade econômica acontecia e o padrão dos trabalhadores melhoravam acomodando as demandas, ao mesmo tempo havia a segurança da classe trabalhadora era minada. Já os países do Sul Global tinham outro papel: a da superexploração da classe trabalhadora, sem nenhuma barganha, drenando as riquezas produzidas justamente para os países capitalistas, derivando-se de democracias limitadas ou comandadas por um governo autoritário (MIGUEL, 2022, p. 35).

Portanto, o fenômeno do autoritarismo em países do Sul Global já era sentido antes mesmo que a inserção das novas medidas neoliberais. O que mudou foi o aprofundamento das relações entre o neoliberalismo e autoritarismo e a forma pela qual a racionalidade política neoliberal se espraia em todas as esferas políticas e sociais. Temos agora uma crise democrática sentidas pelos países do Norte Global, transformando o Estado que fora forjado como social, agora se apresentando como um Estado mercado. Em outro espectro, estamos enfrentando uma grave limitação das conquistas de um processo democrático já limitados (diante do processo histórico de exploração), capaz de minar ainda mais as precárias democracias do Sul Global. Em ambos, tanto no Norte quanto no Sul Global, as forças desdemocratizantes atuam em conformidade ao

receituário neoliberal que, ganha um reforço, os governos autoritários, que aprofundam e fragilizam ainda mais o jogo democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomar com a tríade relação entre neoliberalismo, autoritarismo e crise da democracia, tomamos como um entendimento que as sociedades ocidentais no século XX se apresentam com uma outra racionalidade. É importante destacar novamente que o avanço do neoliberalismo não é compreendido apenas como um modelo econômico, mas a partir dele que, se projeta uma racionalidade política capaz de transformar a vida das pessoas. Segundo Dardot e Laval, “o neoliberalismo não só sobrevive como sistema de poder, como também se reforça.” (DARDOT; LAVAL, 2019). E mais ainda, como os autores sintetizam, o neoliberalismo

“Não se trata somente de políticas econômicas monetaristas ou de austeridade, de mercantilização das relações sociais ou de ditadura dos mercados financeiros. Trata-se mais fundamentalmente de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a lógica do capital até a converter na forma das subjetividades e na norma das existências (DARDOT; LAVAL, 2019)”.

Por essa razão, elegemos o avanço neoliberal dos países ocidentais como um fenômeno provocado nesses últimos anos, se alia a um outro fenômeno, o avanço do autoritarismo. Na mesma linha de Dardot e Laval, podemos finalizar essa reflexão com as palavras de Wendy Brown, que possui uma análise sobre a relação entre neoliberalismo e os governos autoritários:

Tecnicamente, o neoliberalismo se opõe ao totalitarismo. É assim que você se percebe. Os intelectuais neoliberais se percebem como libertadores do estatismo exagerado e autoritário que a social-democracia supõe. Então, tecnicamente, antes, o neoliberalismo nasceu para se opor ao que ele entende como o totalitarismo crescente de qualquer esquema de justiça social. Para eles, é assustador porque qualquer esquema de justiça social implica um plano de Estado, uma engenharia social, uma ideia do bem, em vez de deixar o bem surgir espontaneamente das ordens dos mercados e da moralidade que o neoliberalismo apóia. Com o neoliberalismo, ele se torna o que poderíamos chamar de uma forma “total” de governo. É filtrado em todas as instituições e em todas as práticas, ele transforma cada um de nós em pedaços de

capital competitivo. Temos que pensar o tempo todo em como investir em nós mesmos e atrair investidores para que possamos não apenas ter sucesso, mas permanecer vivos. Transforma tudo o que fazemos em uma atividade empresarial. Todas as instituições, incluindo as de educação, ou de assistência social, ou de proteção, tornam-se empresas. Tudo na nova ordem liberal torna-se marca, autoinvestimento, competição com outros autoinvestidores e atração de investidores em seu próprio capital humano para o seu futuro. Isso inclui tudo, desde um hospital a uma universidade e indivíduos (BROWN, 2021)

É nessa forma que esse casamento entre o neoliberalismo e o autoritarismo desemboca na crise de democracia. Ambos se tornam uma força desdemocratizante capaz de trazer não só uma instabilidade econômica, mas também traz consigo o conservadorismo traduzido na suspensão de políticas sociais. O resultado é que

o novo governo neoliberal se implanta e cristaliza com a promulgação de medidas de guerra econômica e policial. Dado que as crises sociais, econômicas e políticas são permanentes, corresponde à legislação estabelecer as regras válidas de forma permanente, que permitam aos governos responder a elas a todo momento e inclusive preveni-las (DARDOT; LAVAL, 2019).

Mas devemos ter em mente que não se trata de apenas uma forma de neoliberalismo. Historicamente, ele se apresenta com novas roupagens. Dardot e Laval sintetizam:

No fundo, o novo neoliberalismo é a continuação do antigo de maneira pior. O marco normativo global que insere indivíduos e instituições dentro de uma lógica de guerra implacável, reforça-se cada vez mais e acaba progressivamente com a capacidade de resistência, desativando o coletivo. Esta natureza antidemocrática do sistema neoliberal explica em grande parte a espiral sem fim da crise e o aceleração diante de nossos olhos do processo de desdemocratização, pelo qual a democracia se esvazia de sua substância, sem que se suprima formalmente (DARDOT; LAVAL, 2019).

Por fim, cabe reforçar: o neoliberalismo não explica tudo. Afinal, o autoritarismo político tem raízes e matrizes distintas nos diferentes países, o que significa reconhecer que cada caso tem as suas especificidades. Entretanto, como nos recorda BROWN (2019), nada fica intocada pela razão neoliberal. E, se é verdade que o neoliberalismo não explica totalmente o processo de desdemocratização em marcha, é inegável que a subjetividade neoliberal focada no ataque ao “social”, às liberdades civis e ao ideal de igualdade está fortemente presente no discurso das lideranças autoritárias que emergiram no cenário recente, com destaque para Erdoğan na Turquia, Orbán na Hungria, Trump nos Estados

Unidos e Bolsonaro no Brasil. Em suma, a compreensão da crise da democracia e do recrudescimento autoritário nos anos recentes passa, necessariamente, pela análise do neoliberalismo.

A disputa entre democracia e neoliberalismo também é uma disputa entre política e economia, povo (soberania popular) e elite (governo), o nacional e o global, destacando suas especificidades no Norte e no Sul Global. A realidade pós-democrática está também relacionada com a privatização do poder político pelo poder econômico em uma escala global, cuja principal característica consiste na interdição da democracia a partir de suas próprias instituições, discursos e práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, pp. 1-25, 2021.

BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 2018, pp. 149-164.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

BROWN, Wendy. Wendy Brown fala sobre os próximos passos do neoliberalismo e o futuro da democracia. [Entrevista concedida a] FONTEVECCHIA, Jorge. **Perfil Brasil**, 29 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://brasil.perfil.com/mundo/o-proximo-passo-para-o-neoliberalismo-pode-ser-a-extrema-direita-ou-um-liberalismo-de-centro-moderado-com-preocupacao-social-afirma-wendy-brown.phtml>>. Acesso em 14 de julho de 2022.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo é a nova forma do autoritarismo, diz Chauí. **Fundação Perseu Abramo**, 13 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2019/08/13/neoliberalismo-e-a-nova-forma-do-autoritarismo-diz-chau/>>. Acesso em 10 de julho de 2022.

CORRÊA, Moema Vieira Gomes. **Direitos humanos e meio ambiente**: o movimento de Bergama (Turquia) contra a mineração de ouro. Padrões europeus nas margens?

Dissertação de Mestrado - Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. 198 p.

CROUCH, Colin. **Coping with Post-Democracy**. Paperback, 2000. Londres: Fabian Society, 2000. <Disponível em: <http://www.fabians.org.uk/wp-content/uploads/2012/07/Post-Democracy.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

DALLARI, Pedro. A Turquia caminha para o autoritarismo? **Jornal da USP**, 27 de junho de 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/a-turquia-caminha-para-o-autoritarismo/>>. Acesso em 5 de julho de 2022.

DARDOT, Pierre. Néolibéralisme “classique” et nouveau néolibéralisme, **Sens Public**, v. 1, 2020. Disponível em: <<http://sens-public.org/articles/1456/>>. Acesso em 14 de julho de 2022.

DARDOT, Pierre. Um Neoliberalismo antiglobalista e iliberal. **Outras Palavras**, 14 de julho de 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/um-neoliberalismo-antiglobalista-e-iliberal/>>. Acesso em 9 de julho de 2022.

DARDOT, Pierre. Um neoliberalismo antiglobalista e iliberal. **Revista IHU on-line**, 16 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/601009-um-neoliberalismo-antiglobalista-e-iliberal>>. Acesso em 14 de julho de 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Crithian. A “nova” fase do neoliberalismo. **Outras Palavras**, 29 de julho de 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>>. Acesso em 12 de julho de 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Crithian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FILHO, Pio Penna. Autoritarismo na Turquia. **Gazeta Digital**, 9 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/165/materia/512402/t/autoritarismo-na-turquia>> Acesso em 4 de julho de 2022.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

MARIA, Ana. Excessivo neoliberalismo turco ameaça a “paz em casa”. **Agencia Envolverde**. 7 de junho de 2013. Disponível em: <<https://envolverde.com.br/excessivo-neoliberalismo-turco-ameaca-a-paz-em-casa/>>. Acesso em 8 de julho de 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROQUE, TATIANA. Globalistas. Prefácio. SLOBODIAN, Quinn. **Globalistas: o fim do império e o nascimento do neoliberalismo**. Tradução: Olivir Freitas. Florianópolis: Enunciado publicações, 2021, 358 pp. **A terra é redonda**. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/globalistas/>>. Acesso em 10 de julho de 2022.

SAVOLDI JR., Antenor. Hungria, Turquia, Rússia e Venezuela mostram que o autoritarismo moderno não precisa de golpe militar. **The Intercept Brasil**. 3 de julho de 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/07/03/hungria-turquia-russia-e-venezuela-mostram-que-o-autoritarismo-moderno-nao-precisa-de-golpe-militar/>>. Acesso em 5 de julho de 2022.

SEBŐK, Miklós; SIMONS, Jasper. How Orbán won? Neoliberal disenchantment and the grand strategy of financial nationalism to reconstruct capitalism and regain autonomy, **Socio-Economic Review**, vol 0. N. 00. 27p. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/ser/mwab052>>. Acesso em 10 de julho de 2022.

SLOBODIAN, Quinn. **Globalistas: O fim do império e o nascimento do neoliberalismo**. Harvard: Harvard University Press, 2018.

SLOBODIAN, Quinn. Quinn Slobodian relata “A pandemia transformou radicalmente o consenso sobre como deveria ser o comércio mundial”. [Entrevista concedida a] Rafaella Marinho. **Perfil Brasil**, 11 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://brasil.perfil.com/mundo/quinn-slobodian-relata-a-pandemia-transformou-radicalmente-o-consenso-sobre-como-deveria-ser-o-comercio-mundial.phtml>>. Acesso em 12 de julho de 2022.

TAUB, Amanda. The rise of American authoritarianism. **Vox**. 1 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.vox.com/2016/3/1/11127424/trump-authoritarianism>>. Acesso em 5 de julho de 2022.

TRANCHES, Renata. Promessa democrática, Erdogan acelerou o trem do autoritarismo. **Estado de S. Paulo**, 17 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/internacional,promessa-democratica-erdogan-acelerou-trem-do-autoritarismo,1182123>>. Acesso em 4 de julho de 2022.

VASCONCELOS, Sueli. A Turquia e os desafios para a entrada na União Europeia. **O Estado de Minas**, 7 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/colunistas/sueli-vasconcelos/2022/02/07/noticia-sueli-vasconcelos,1343017/a-turquia-e-os-desafios-para-a-entrada-na-uniao-europeia.shtml>>. Acesso em 7 de julho de 2022.

ZARBATO, Giovanni Pereira.; MONTEIRO, Roberta. Turquia: como o país entrou em uma crise financeira? **Politize**, 17 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/turquia-crise-financeira/>>. Acesso em 7 de julho de 2022.